



BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.
CNPJ: 20.223.016/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em Reais)

Senhores Acionistas,

A Administração da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. – BMTE, apresenta e submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“BMTE” ou “Sociedade”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, 9º andar – Centro – RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase operacional.

A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão nº 11/2013-ANEEL (“Leilão”).

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar parte da energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adiciona uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (“Projeto”).

O Projeto previu a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kVCC, com aproximadamente 2.087 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais, atingindo 4 Estados (Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais).

O Projeto entrou em operação comercial em 12 de dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no Contrato de Concessão nº 14/2014-ANEEL, firmado em 16 de junho de 2014.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038,00. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.349, estabeleceu em R\$ 819.396.009,97 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2024 a junho de 2025.

A Companhia apresentou um resultado societário de R\$ 500.303.872 no exercício de 2024 e uma receita operacional de R\$ 1.159.426.812 e com base nesse resultado, a Diretoria aprovou a proposta de destinação do lucro de 2024 no montante de R\$ 118.822.170 com a respectiva aprovação pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária.



1. Empreendimento

1.1. Operação

Em 2024, tivemos uma disponibilidade geral de 99,48% nas Funções de Transmissão (Conversoras, Linha de Transmissão e Módulo Geral). A indisponibilidade foi de 0,46% devido à manutenção preventiva anual programada, realizada em agosto, e 0,06% por outros eventos. A manutenção preventiva anual segue a Resolução Normativa nº 906/2020, que permite a execução de manutenções programadas para garantir maior confiabilidade dos equipamentos e melhor adequação sistêmica.

O consumo de horas do eletrodo terra foi de 10h46min de um total de 220 horas/ano, em modo de operação Monopolar por Retorno por Terra, conforme os limites da Especificação Técnica do Edital nº 011/2013-ANEEL.

Encerramos o ano com uma franquia de 1.113 minutos disponíveis nas Estações Conversoras, de um total de 1.200 minutos permitidos para desligamentos intempestivos e corretivos.

As manutenções corretivas consumiram 64 minutos e os desligamentos intempestivos consumiram 23 minutos do total da nossa franquia. Entretanto, ao longo de 2024, tivemos o retorno de 365 minutos consumidos no ano de 2023.

No período da manutenção preventiva anual de franquia de 80h, foi realizada a troca do reator de 800kV do Polo 2 na EC Xingu.

A Parcela Variável (PV) em 2024 foi de R\$ 203.352,32, representando 0,025% da RAP. Esta PV é resultante das manutenções preventivas de seis anos nos disjuntores 906, 916 e 9156 da EC Estreito e nos disjuntores 9322 e 9452 da EC Xingu.

2. Meio Ambiente

2.1. Gerenciamento das Licenças Ambientais

A conformidade legal é um tema que é levado muito a sério na BMTE. Em relação as condicionantes de licença ambiental, atualmente permanecemos com a pendência de atendimento de apenas 03 condicionantes, porém, ainda estão dentro do prazo para atendimento. Como meta de melhoria contínua, a BMTE vem estudando mecanismos de otimizar o processo e gerenciamento, em 2024 iniciamos a implementação de um protótipo de gestão integrada com a empresa 4ASSET. Os controles foram desenvolvidos de modo que sistemas de alertas e de monitoramento possibilitem robustecer relatórios com gráficos e dashboards de controle de todas as demandas do SMS. Permanecemos atentos na questão do planejamento e estamos atacando a meta de atender a 100% das condicionantes dentro do prazo. Sob este aspecto, por razões independentes da vontade da equipe de gestão da empresa, as condicionantes que ainda necessitam de atenção para consolidar o atendimento junto ao IBAMA carecem de ações de terceiros. As condicionantes em aberto: Compensação Ambiental, Reposição Florestal e assinatura do TAC junto ao IPHAN.

2.1.1 Compensação Ambiental

A realização dos pagamentos relacionados às compensações ambientais encontra obstáculos devido à necessidade de criação de fundos bancários específicos, que precisam de adequação regulamentar estadual para estarem em conformidade com a legislação atual. A BMTE tem enfatizado essa questão tanto em seus relatórios anuais, quanto por meio de correspondências periódicas enviadas ao IBAMA. É importante salientar que a empresa já efetuou 90% do pagamento das pendências de Compensação Ambiental. No entanto, ainda existem três processos que necessitam de atenção para o fechamento da demanda.

Devido aos recessos dos órgãos públicos em dezembro, não foi possível avançar nas tratativas. Para retomar as negociações, planeja-se enviar, em janeiro de 2025, um novo ofício ao Gestor da Câmara de Compensação Ambiental Federal (CCAF) solicitando sua intermediação no processo.



Em decorrência dos recessos dos órgãos públicos, não houve avanços durante o mês de dezembro. A proposta é que, em janeiro de 2025, seja elaborada uma nova carta ao Gestor da Câmara de Compensação Ambiental Federal (CCAF) para solicitar auxílio nas negociações

Em janeiro de 2024, a BMTE esteve presente na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD/GO) para buscar uma solução ao problema. Nesse encontro, foi informado que o órgão ainda não possui um fundo específico, mas que diferente de outros momentos, há uma possibilidade da compensação indireta, quando o empreendedor executa a ação. Até o momento, apesar de outras tentativas de contato, continuamos aguardando ações da Secretaria para prosseguirmos com o pagamento devido da compensação.

Em relação ao Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), conforme pontuado em outros relatórios, há a pendência da aquisição de trator com roçadeira. Todavia, após recentes contatos, a situação continua pendente, uma vez que o órgão ambiental não permite a aquisição e entrega do trator, sinalizando que este deve ser adquirido pelo próprio IEF/MG. No entanto, o órgão ambiental continua impossibilitado de receber o recurso devido à ausência de fundo específico, conforme exigido pela legislação, problema semelhante à SEMAD/GO.

Em reunião realizada com a Naturatins/TO, em julho de 2024, o órgão ambiental sinalizou a intenção de troca do item requerido por rádios transmissores para a posterior aquisição de antenas específicas que permitem fazer a triangulação de sinal de rádio, fortalecendo a integração entre as equipes de fiscalização. Embora os valores destes equipamentos sejam dentro do acordo pactuado, a necessidade de licenciamento com a ANATEL encarece o processo. A BMTE está buscando uma solução para este caso, porém a demanda encontra-se atrasada devido aos compromissos e atividades do setor. A Naturatins/TO tem se destacado entre os demais órgãos ao viabilizar as negociações mediante a aquisição dos equipamentos.

2.1.2 Reposição Florestal

Em novembro de 2022, foi finalizado o projeto de reposição florestal de Paracatu/MG. No entanto, apesar da BMTE ter solicitado o Termo de Quitação do Projeto dentro do prazo, ainda em 2022, o relatório de validação do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG) só foi apreciado em março de 2023, após o período de chuvas. Tal relatório destaca a necessidade de medidas complementares devido à presença de numerosas plantas invasoras da espécie *Braquiária sp.*, que dificultaram a contagem das mudas nativas. Como consequência, a aprovação desse projeto foi postergada.

As negociações ambientais continuaram, porém, devido a um considerável lapso temporal, mesmo sem a concretização do contrato com a empresa executora, a cobrança de atividades suplementares além do acordado levanta questionamentos, especialmente em face da lentidão do IEF/MG na avaliação. O crescimento do capim na região é uma condição regional, ou seja, aborda uma área muito maior do que a do projeto e a erradicação deste tipo de vegetação requer o uso de produtos químicos proibidos pelo IBAMA.

Em decorrência do atraso na aprovação do Projeto de Reposição Floresta pelo IEF/MG a área abordada pelo projeto, que já estava limpa, está sofrendo com novo crescimento de Capim nativo da espécie (*Andropogon sp.*) na área de todo o parque. Isso impacta o orçamento do projeto dada a necessidade de contratação de novos serviços de limpeza não previstos.

Após estas tratativas, e com o objetivo de proteger o projeto contra incêndios, a limpeza da área foi novamente realizada e finalizada pela empresa EMBAUBA. A BMTE reiterou a solicitação para a finalização do projeto, mas identificou-se que o abafamento causado pela espécie invasora gerou



mortalidade de mudas acima do desejado ocasionando a negativa na aprovação do projeto. Estamos em fase de contratação de ações complementares com o objetivo de encerrar o projeto.

A SEMAD/GO solicitou complementações para a finalização do projeto Parque João Leite (PJOL). Foi então programada uma visita técnica com biólogos da BMTE e as equipes corroboraram o entendimento dos gestores do Parque. Em 2025, estamos buscando uma nova empresa para dar continuidade nas ações e realizar atividades complementares de forma a promover melhorias no projeto e subsidiar a aprovação do órgão ambiental.

Projeto Eletrodo de Estreito, Minas Gerais.

Em setembro de 2024, o projeto foi impactado por incêndios florestais pela terceira vez. Estima-se que a mortalidade das mudas tenha chegado a 95%. Atualmente a área de plantio foi novamente recuperada e estamos buscando mecanismos de aumentar a proteção do projeto até que as mudas atinjam um tamanho que possibilite a resistência a estas ocorrências.

2.1.3 Assinatura TAC com IPHAN

A equipe de gestão da BMTE discorda dos impactos levantados pelo IPHAN uma vez que a avaliação do órgão encontra amparo na IN 01/2015 enquanto o projeto da BMTE, sendo de 2014, precede de avaliação com base na portaria 230/2002. Este detalhe remete a alguns pontos de divergência que fundamentam a revisão da análise por parte da instituição. Atualmente, as equipes estão trabalhando para a viabilizar a celebração do Termo de Ajuste de Conduta considerando tanto o aspecto legal, detalhamento real dos impactos minimizando os pontos de divergência.

2.2. Incentivo Fiscal

De forma a ampliar as ações sociais da companhia, foi criado internamente um Comitê de Incentivo Fiscal envolvendo os setores de meio ambiente, contábil e administrativo. Por meio de avaliações criteriosas de uma significativa quantidade de projetos aptos a receberem os recursos, o grupo de trabalho avalia conflitos de uso, de imagem, de escopo e ações desenvolvidas pelos projetos a serem contemplados garantindo assim a correta aplicação do recurso em projetos com viés social relevante e sempre que possível um bom retorno de imagem para a BMTE.

Foram aprovados os seguintes projetos listados abaixo:

Fundo	Situação	Limite Máximo	Projeto	Justificativa	Limite Utilizado %
Lei Rouanet / Rouanet Law	Em andamento	4%	DELLARTE Jardim Botânico	Project associated with Brazil x China integration	0,54%
	Em andamento		Escola de Musica da Maré	Renowned project that transforms lives and enhances the sponsors' brand	1,50%
	Em andamento		Orquestra Sinfônica Juvenil Chiquinha Gonzaga	Project recognized for its great social impact, highlighted in the Chinese press in 2024 during the G20	1,96%
Lei de Incentivo ao Esporte / Sports Incentive Law	Em andamento	2%	Craque do Amanhã	Project based that has been transforming lives and offering good returns to sponsors	1,50%
	Em andamento		Rede Gol Feminino	First year. Project focused on social inclusion located in an area with a large number of Stakeholders	0,50%
FIA (Childhood and Adolescence Fund)	Em andamento	1%	Hospital Pequeno Príncipe	Renowned national project with services for children and young people that covers all of Brazil	1,00%
Fundo do Idoso / Elderly Fund	Em andamento	1%	Hospital de Amor	Renowned project on the national scene caring patients from all over Brazil	1,00%



A efetivação do processo de repasse ocorreu em 18 de dezembro, logo após a aprovação do Conselho. Observa-se que, este ano, as leis de Incentivo PRONON e PRONAS foram excluídas, pois os projetos selecionados foram cancelados pelo governo após a elaboração da Proposta de Resolução de Diretoria. Reconhecidamente, essas duas linhas de incentivo vêm enfrentando dificuldades devido a decisões governamentais. Para proteger o recurso da BMTE, o Comitê decidiu não aplicar o recurso nesses casos.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1 Investimento



Banco	Remuneração	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
BTG Pactual	104,75% CDI	29/02/2024	R\$ -	R\$ 9.362.375
BTG Pactual	104,5% CDI	22/03/2024	R\$ -	R\$ 10.322.223
BTG Pactual	104% CDI	29/05/2024	R\$ -	R\$ 12.142.857
BTG Pactual	104% CDI	31/05/2024	R\$ -	R\$ 9.566.366
BTG Pactual	103,5% CDI	21/03/2024	R\$ -	R\$ 5.009.060
BTG Pactual	104,75% CDI	02/01/2024	R\$ -	R\$ 6.926.158
BTG Pactual	101,5% CDI	17/04/2025	R\$ 7.466.973	R\$ -
BTG Pactual	101,5% CDI	22/04/2025	R\$ 10.466.965	R\$ -
Banco do Paraná	104,5% CDI	24/04/2025	R\$ -	R\$ 4.314.518
Banco do Paraná	108% CDI	16/06/2025	R\$ -	R\$ 8.105.250
Banco do Paraná	108,5% CDI	24/01/2024	R\$ -	R\$ 11.695.607
Banco do Paraná	107,5% CDI	18/09/2025	R\$ 6.912.390	R\$ 6.186.384
Banco do Paraná	108% CDI	16/05/2025	R\$ 9.061.125	R\$ -
Banco do Paraná	105,5% CDI	14/01/2026	R\$ 8.720.460	R\$ -
Banco do Paraná	106% CDI	02/01/2025	R\$ 8.458.696	R\$ -
Banco BMG	107% CDI	28/07/2025	R\$ -	R\$ 6.348.663
Banco BMG	107% CDI	17/01/2025	R\$ 12.650.966	R\$ 11.328.085
Banco BMG	107% CDI	27/01/2025	R\$ 13.225.905	R\$ 11.842.904
Banco BMG	105% CDI	23/06/2025	R\$ 5.293.312	R\$ -
Banco BMG	106% CDI	31/07/2025	R\$ 10.469.657	R\$ -
Banco BMG	106% CDI	20/09/2025	R\$ 10.309.577	R\$ -
Banco Haitang	106% CDI	04/06/2024	R\$ -	R\$ 8.896.401
Banco Haitang	104% CDI	18/06/2025	R\$ -	R\$ 5.559.307
Banco Haitang	105% CDI	20/09/2024	R\$ -	R\$ 13.434.502
Banco Haitang	105% CDI	29/07/2024	R\$ -	R\$ 12.168.490
Banco Haitang	106% CDI	30/09/2024	R\$ -	R\$ 6.183.748
Banco Haitang	106% CDI	04/07/2025	R\$ 8.445.732	R\$ -
Banco Haitang	106% CDI	30/07/2025	R\$ 13.118.926	R\$ -
Banco Haitang	104% CDI	19/03/2025	R\$ 14.691.974	R\$ -
Banco Haitang	105% CDI	30/09/2025	R\$ 6.768.727	R\$ -
China Construction Ban	105% CDI	08/07/2024	R\$ -	R\$ 9.354.941
China Construction Ban	103,5% CDI	30/09/2024	R\$ -	R\$ 7.041.317
Banco Daycoval	104% CDI	17/07/2024	R\$ -	R\$ 832.933
Banco Daycoval	103% CDI	30/07/2025	R\$ -	R\$ 4.844.077
Banco Daycoval	103% CDI	28/06/2024	R\$ -	R\$ 9.004.055
Banco Daycoval	102% CDI	20/01/2025	R\$ 10.485.082	
Banco Daycoval	102% CDI	23/04/2025	R\$ 5.100.580	
XP	105,3% CDI	22/01/2024		R\$ 8.442.617
XP	105,5% CDI	29/01/2024		R\$ 9.477.615
XP	103% CDI	20/03/2024		R\$ 10.543.718
XP	106% CDI	28/05/2025		R\$ 13.129.875
XP	103,5% CDI	26/06/2024		R\$ 6.836.093
XP	107,5% CDI	21/10/2024		R\$ 5.116.179
XP	104,5% CDI	22/01/2025	R\$ 15.732.974	R\$ -
XP	103% CDI	23/01/2025	R\$ 3.768.754	R\$ -
XP	103% CDI	24/02/2025	R\$ 5.188.018	R\$ -
C6	108,8% CDI	27/06/2025	R\$ 10.290.867	R\$ -
C6	104% CDI	24/03/2025	R\$ 5.102.572	R\$ -
C6	105,6% CDI	28/04/2025	R\$ 10.191.030	R\$ -
C6	105,2% CDI	29/11/2025	R\$ 7.068.342	
C6	105,2% CDI	29/04/2025	R\$ 10.004.788	
Banco da Amazônia	100% Selic		R\$ 6.923.277	R\$ 5.314.312
CEF 93	99,8% CDI	Funda	R\$ 33.141.907	R\$ 32.894.174
CEF 94	99,8% CDI	Funda	R\$ 59.489.804	R\$ 58.966.064
CEF 96	99,8% CDI	Funda	R\$ 1.615.437	R\$ 1.479.408
CEF 114	99,8% CDI	Funda	R\$ 10.924.774	R\$ 9.187.334
CEF 115	99,8% CDI	Funda	R\$ 65.649.139	R\$ 55.177.686
Itaú	20% CDI	Vinculada	R\$ 6.850.699	R\$ 73.171
			R\$ 413.589.429,62	R\$ 407.098.465,18



Composição Acionária e Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
State Grid Brazil Holding S.A. (51%)	1.535.610.000	1.535.610.000
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras (24,5%)	737.695.000	737.695.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte (24,5%)	737.695.000	737.695.000
Total	<u>3.011.000.000</u>	<u>3.011.000.000</u>

Gestão: Define as práticas e as regras de gestão relevantes para a Belo Monte Transmissora de Energia, permitindo maior sinergia, assertividade e êxito nas diversas atividades realizadas, além de refletir o nível de maturidade dos seus colaboradores. É composto por um conjunto de Sistemas de Gestão, que reúne práticas alinhadas com os objetivos estratégicos e articuladas pelo Sistema de Reuniões e acompanhamento constantes quanto ao bom funcionamento do empreendimento e a qualidade de seus equipamentos.

4. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Sociedade. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Sociedade.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

YUSHENG
WANG:065610
28708

Assinado de forma digital
por YUSHENG
WANG:06561028708
Dados: 2025.02.24
10:58:46 -03'00'

Yusheng Wang
Diretor Presidente / Financeiro

ANTONIO FERREIRA
MARQUES
JUNIOR:156721458
41

Assinado de forma digital
por ANTONIO FERREIRA
MARQUES
JUNIOR:15672145841
Dados: 2025.02.24 12:51:41
-03'00'

Antônio Ferreira Marques Júnior
Diretor Técnico / Meio Ambiente

www.pwc.com.br

***Belo Monte
Transmissora de
Energia SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

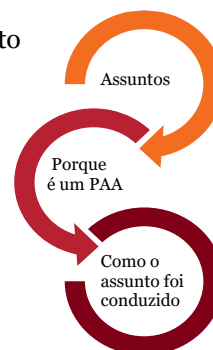
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do ativo contratual da linha de transmissão (Notas 5.8 e 12)

O ativo contratual da linha de transmissão refere-se ao direito da Sociedade à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da diretoria sobre a mensuração do valor presente com base no fluxo de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Sociedade.

Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessão da linha de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura do contrato de concessão e seus aditivos. Testamos a consistência entre os dados de Receita Anual Permitida (RAP) contidos nos controles auxiliares e respectiva resolução regulatória.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas ao fluxo financeiro do respectivo contrato, tais como: (i) definição da taxa de desconto utilizada; e (ii) componente de indenização previsto no contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Bruno Guedes Monteiro
Assinado por Bruno Guedes Monteiro 1055560723
CPF: 1055560723
Papel: Partner
Data Hora de Assinatura: 24 de fevereiro de 2025 11:59:09RT
O: CP-Brasil, OU: Certificado Digital IPE A1
C: BR
Entidade: AC Siquilard Monte
ICP-Brasil

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Conteúdo

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Balço patrimonial

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2023		Passivo	Nota	31/12/2023	
		31/12/2024	Reapresentado (Nota 7)			31/12/2024	Reapresentado (Nota 7)
Caixa e equivalentes de caixa	8	280.560.230	289.070.273	Fornecedores		5.975.095	7.510.924
Concessionárias e permissionárias	11	87.528.577	93.532.354	Salários e encargos sociais		8.857.970	9.838.766
Impostos a recuperar	10	5.564.640	4.416.418	Impostos a recolher	13	7.817.259	7.775.386
Ativo contratual	12	887.704.492	824.864.565	Empréstimos e financiamentos	14	369.735.804	364.387.435
Despesas antecipadas		208.304	1.866.507	Encargos setoriais		20.150.367	17.165.171
Almoxarifado		8.515.580	8.204.028	Debêntures	15	129.324.212	107.903.749
Outras		8.858.661	9.135.701	Dividendos a pagar		118.822.170	98.748.211
				Total do passivo circulante		<u>660.682.877</u>	<u>613.329.642</u>
Total do ativo circulante		<u>1.278.940.484</u>	<u>1.231.089.845</u>	Empréstimos e financiamentos	14	1.645.718.457	1.804.076.316
				Debêntures	15	535.547.191	581.793.812
				Provisão para contingências	16	15.694.033	11.592.328
				Impostos diferidos	18	<u>2.027.657.084</u>	<u>1.773.476.830</u>
				Total do passivo não circulante		<u>4.224.616.765</u>	<u>4.170.939.286</u>
				Total do passivo		4.885.299.642	4.784.268.928
Ativo contratual	12	8.096.826.200	7.763.115.608	Patrimônio líquido			
Depósitos vinculados	9	176.128.901	161.539.570	Capital social	19	3.011.000.000	3.011.000.000
Depósitos judiciais		2.682.331	9.791.714	Reserva legal		121.015.900	96.000.706
Imposto diferido	7/18	86.766.526	86.766.526	Reserva de retenção de lucros		1.635.764.846	1.370.673.348
Imobilizado		10.217.034	8.918.171	Total do patrimônio líquido		<u>4.767.780.746</u>	<u>4.477.674.054</u>
Intangível		<u>1.518.911</u>	<u>721.549</u>				
Total do ativo não circulante		<u>8.374.139.903</u>	<u>8.030.853.138</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.653.080.387</u>	<u>9.261.942.982</u>
Total do ativo		<u>9.653.080.387</u>	<u>9.261.942.982</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
Para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	20	<u>1.159.426.812</u>	<u>1.039.054.007</u>
Custo de operação	21	(107.609.875)	(133.871.376)
Lucro bruto		<u>1.051.816.937</u>	<u>905.182.631</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(47.246.536)	(21.270.531)
Resultado operacional		<u>1.004.570.401</u>	<u>883.912.101</u>
Receitas financeiras		46.014.992	48.024.516
Despesas financeiras		(298.583.519)	(317.484.456)
Resultado financeiro	23	<u>(252.568.528)</u>	<u>(269.459.939)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>752.001.873</u>	<u>614.452.162</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(38.060.256)	(38.939.351)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(213.637.746)</u>	<u>(159.730.870)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>500.303.872</u>	<u>415.781.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE****Para os exercícios findos em 31 de dezembro***(Em reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	500.303.872	415.781.941
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>500.303.872</u>	<u>415.781.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.011.000.000	75.211.609	1.007.274.323	-	4.093.485.932
Efeitos de reapresentação	7			86.766.526		86.766.526
Saldo em 1º de janeiro de 2023		3.011.000.000	75.211.609	1.094.040.849	-	4.180.252.458
Reserva Sudam			-	10.387.866	-	10.387.866
Reserva Legal		-	20.789.097	-	(20.789.097)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(98.748.211)	(98.748.211)
Dividendos adicionais pagos		-	-	(30.000.000)	-	(30.000.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	415.781.941	415.781.941
Dividendos adicionais propostos		-	-	296.244.633	(296.244.633)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.011.000.000	96.000.706	1.370.673.348	-	4.477.674.054
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Reserva Sudam		-	-	-	500.303.872	500.303.872
Reserva Legal		-	25.015.194	8.624.989	-	8.624.989
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(25.015.194)	-
Dividendos adicionais pagos		-	-	-	(118.822.170)	(118.822.170)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(100.000.000)	-	(100.000.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	356.466.509	(356.466.509)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.011.000.000	121.015.900	1.635.764.846	-	4.767.780.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	<u>752.001.873</u>	<u>614.452.162</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.173.846	1.395.228
Remuneração sobre o ativo contratual	(1.210.334.354)	(1.079.055.852)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	27.356.526	4.227.490
Juros de empréstimos e debêntures e amortização dos custos	297.507.505	316.716.521
Provisão para contingências	4.101.705	3.193.429
Impostos diferidos	40.024.562	27.740.938
Outros	1.232.842	(6.484.561)
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(1.148.222)	5.479.093
Adiantamentos	1.376.088	9.567.055
Outros ativos	(1.099.048)	(1.553.283)
Despesas antecipadas	1.658.203	(1.709.990)
Concessionárias e permissionárias	(21.352.749)	(19.402.536)
Ativo contratual	813.783.835	786.592.766
Almoxarifado	(311.553)	(882.352)
Depósitos judiciais	7.109.383	(44.054)
Fornecedores	(1.535.830)	(2.135.576)
Salários e encargos	(980.796)	(1.271.860)
Obrigações fiscais	41.873	416.749
Encargos setoriais	2.985.196	2.803.652
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>713.590.885</u>	<u>660.045.019</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.150.162)	(22.066.925)
Pagamento juros debêntures	(50.295.187)	(51.535.612)
Pagamento juros empréstimos	(190.350.083)	(203.753.622)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>442.795.453</u>	<u>382.688.860</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(3.270.070)	(4.492.420)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(3.270.070)</u>	<u>(4.492.420)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.066.701	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(175.801.304)	(159.482.965)
Pagamento de principal de debêntures	(60.963.280)	(48.359.146)
Pagamento de dividendos	(198.748.211)	(115.505.285)
Depósitos vinculados	(14.589.331)	(7.758.851)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(448.035.426)</u>	<u>(331.106.247)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.510.043)</u>	<u>47.090.193</u>
No início do exercício	289.070.273	241.980.080
No fim do exercício	280.560.230	289.070.273
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.510.043)</u>	<u>47.090.193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade” ou “BMTE”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ e foi constituída em 20 de março de 2014. A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) (incorporada pela Centrais Elétricas do Brasil S.A. em 1º de julho de 2024), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 011/2013 (“Leilão”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2025.

1.1 Da concessão

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) (“Projeto”).

O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (“UAT”) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

A Resolução Autorizativa nº 6.262 de 28 de março de 2017 autorizou a Sociedade a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, revogando a Resolução Autorizativa nº 5.948, de 12 de julho de 2016, que transferia a titularidade do reforço de barramento da Subestação (“SE”) de Xingu à Sociedade e encontrava-se suspensa por medida judicial.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018.

O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216, estabeleceu em R\$ 790.518.989,23 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2023 a junho de 2024.

Despacho ANEEL 4.036, de 17 de dezembro de 2021, estabeleceu a implantação de um transformador 500/13,8kV, dedicado à alimentação dos serviços auxiliares da EC Estreito como Reforço. Determinou-se o início da operação comercial 18 meses a partir do Ofício Circular 009/2021-SCT/ANEEL, de 24 de dezembro de 2021, o qual notifica a publicação do Despacho ANEEL supracitado no DOU. Confirmado que o orçamento do Banco de Preços da ANEEL cobre o valor Global do Investimento correspondente, todos os contratos foram assinados com os fornecedores de bens e serviços em abril/maio/22. O projeto entrou em operação em 2023.

O transformador em questão é classificado, de acordo com a regulação da transmissão, como um Reforço de Pequeno Porte sem Receita Previamente estabelecida. Sendo assim sua RAP só é estabelecida no primeiro reajuste de RAP subsequente a data de entrada em operação comercial. Tal reforço terá sua receita apenas na composição de RAP da BMTE para o próximo ciclo 2024-2025. O custo de construção no exercício de 2024 para o empreendimento foi de R\$57.346,49 que foi atrelado a uma receita de construção.

1.2 Sudam

O incentivo fiscal consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis devidos calculados sobre o lucro da exploração. A Sociedade obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano-calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018.

1.3 Questões ambientais

A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA,”), por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações. Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade entrada em operação. A Sociedade monitora o atendimento de todas as condicionantes do licenciamento, mantendo assim, perante o órgão licenciador e demais intervenientes, a conformidade legal do empreendimento.

1.4 Riscos climáticos

Em se tratando riscos climáticos, podemos citar eventos naturais extremos, como ventos muito intensos, tempestades, descargas atmosféricas, fortes ondas de calor e queimadas são fatores que aumentam o risco da interrupção da transmissão de eletricidade.

Perturbações causadas por esses eventos em linhas de transmissão podem resultar em desligamentos não programados e interromper o fornecimento de energia, causando prejuízos ao agente transmissor (Parcela Variável – PV), ao operador nacional do sistema elétrico (ONS) e a toda a cadeia de geradores e consumidores de energia elétrica, com impactos negativos na economia.

Desligamentos por descargas elétricas: São comuns, normais e esperados, não gerando em sua grande maioria prejuízos financeiros à BMTE. Desligamentos por queda de Torres em decorrência desses eventos extremos: Embora sejam mais complexos a sociedade possui planos de recomposição, assim como treinamento das equipes para o reestabelecimento rápido da linha, inclusive foram adquiridas torres de emergência para o mais rápido reestabelecimento da linha mitigando os riscos de PV ocasionada por este tipo de evento. Queimadas: O projeto da linha de transmissão já contemplou este tipo de risco pelo “alçamento das torres” dado que a nossa Licença de Operação não permite o corte raso da vegetação sob a linha.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalente caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.2 Julgamentos, estimativas, e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Sociedade para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Sociedade tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que

os projetos possuem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Provisão para contingências

As contingências e provisões de natureza judiciais são constantemente avaliadas e revistas de forma a analisar eventos, parâmetros, mensurar riscos e quantificar adequadamente seus valores. A complexidade da legislação Brasileira, além da volumosa judicialização processual, com consequentes decisões judiciais, enunciados, súmulas, obriga a um permanente acompanhamento de riscos e processos. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

5 Principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento entre três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo monetário, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia,

registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3 Almojarifado

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando considerados necessárias pela Administração.

5.4 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimam dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídas na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso

5.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial.

5.6 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Não há indicativos de impairment e desta forma, não houve registro de impairment.

5.7 Provisão para contingências

A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.8 Ativo contratual

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Sociedade utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade Transmissora de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 continuaram sendo elaboradas considerando os conceitos trazidos pelo referido Ofício-Circular.

5.9 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos contratual

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Não há indicativo de impairment.

5.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

5.10.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5.10.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos.

5.11 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulante

5.12 Receita operacional

As receitas da Sociedade são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de construção – Serviços de implementação de infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.
- b) Remuneração do ativo contratual de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- c) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

6.1 Pronunciamentos aplicáveis à Sociedade a partir de 1º.01.2024

Alterações ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulante em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o diretório de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.

Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamento: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”).

Alterações ao IAS 7 /CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“*supplier finance arrangements* – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais nas divulgações da Sociedade.

7 Reapresentação de saldos comparativos

Em 2024, a Sociedade realizou ajustes, de forma retrospectiva, nos balanços patrimoniais em de 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 86.766.526, decorrente do reconhecimento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais decorrente da conclusão de existência de expectativa de lucro tributável em exercícios anteriores, portanto as demonstrações financeiras foram rerepresentadas nas linhas de Imposto diferido e Patrimônio líquido

Os referidos ajustes não possuem impactos nas demonstrações do resultado e na demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios de 2022 e 2023. As tabelas abaixo demonstram os ajustes efetuados:

Balanços patrimoniais

	1º de janeiro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanco patrimonial			
Ativo não circulante			
Imposto diferido	-	86.766.526	86.766.526
Total do ativo	8.820.448.557	86.766.526	8.907.215.083
Passivo e patrimônio líquido			
Patrimônio líquido	4.093.485.932	86.766.526	4.180.252.458
Total do passivo e patrimônio líquido	8.820.448.557	86.766.526	8.907.215.083
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanco patrimonial			
Ativo			
Imposto diferido	-	86.766.526	86.766.526
Total do ativo	9.175.176.456	86.766.526	9.261.942.982

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

31 de dezembro de 2023

	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	613.329.642		613.329.642
Não circulantes	4.170.939.286		4.170.939.286
Patrimônio líquido	4.390.907.528	86.766.526	4.477.674.054
Total do passivo e patrimônio líquido	9.175.176.456	86.766.526	9.261.942.982

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	43.099.701	43.421.946
Fundos de investimentos*	237.460.529	245.648.327
Total	280.560.230	289.070.273

* Os fundos de investimento são aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), todas com possibilidade de resgate no curto prazo e sem alteração significativa de valor.

9 Depósitos vinculados

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos (a)	169.205.624	156.225.258
Fundo de investimentos	6.923.277	5.314.312
Total	176.128.901	161.539.570

(a) Depósito vinculante referente a bloqueio da RAP referente as condicionantes de contrato do BNDES de longo prazo.

10 Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo negativo IRPJ	5.248.943	4.071.596
CSLL a recuperar	1.790	1.790
PIS e COFINS retidos de clientes	35.216	34.879
Outros	278.690	308.152
Total	5.564.640	4.416.418

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

11 Concessionárias e permissionárias

Os faturamentos mensais são efetuados conforme avisos de créditos emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	80.929.291	73.312.413
Até 3 meses	6.599.286	20.219.941
Acima de 3 meses	36.909.528	9.553.003
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(36.909.528)</u>	<u>(9.553.003)</u>
Total	87.528.577	93.532.354

- (a) Aumento devido à ausência de pagamento de algumas distribuidoras, ocasionando a necessidade de uma provisão de perda esperada para refletir a expectativa de recebimento destes Avisos de Crédito (AVCs).

12 Ativo contratual

	31/12/2023	Receita de O&M	Receita de remuneração	Receita de construção	Recebimentos	31/12/2024
Ativo de contrato	<u>8.587.980.173</u>	<u>83.135.285</u>	<u>1.210.277.008</u>	<u>57.346</u>	<u>(896.919.120)</u>	<u>8.984.530.692</u>
					31/12/2023	31/12/2024
Circulante					824.864.565	887.704.492
Não circulante					<u>7.763.115.608</u>	<u>8.096.826.200</u>
					<u>8.587.980.173</u>	<u>8.984.530.692</u>
	31/12/2022	Receita de O&M	Receita de remuneração	Receita de construção	Recebimentos	31/12/2023
Ativo de contrato	<u>8.295.517.087</u>	<u>78.928.401</u>	<u>1.042.911.809</u>	<u>36.144.043</u>	<u>(865.521.167)</u>	<u>8.587.980.173</u>
					31/12/2022	31/12/2023
Circulante					781.639.880	824.864.565
Não Circulante					<u>7.513.877.207</u>	<u>7.763.115.608</u>
					<u>8.295.517.087</u>	<u>8.587.980.173</u>

- Para o ciclo 2024/2025 ocorreu a 2ª revisão tarifária que leva em consideração os índices macro-econômico dos últimos 5 anos, refletindo na receita de remuneração do ativo de contrato.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

13 Impostos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição social	98.654	154.149
PIS	1.281.905	1.235.630
COFINS	5.946.731	5.732.102
INSS retido a recolher	129.442	226.575
ISS	242.717	350.777
Outros	117.809	76.153
Total	7.817.259	7.775.386

14 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2024
BNDES (a)	1.431.482.869	2.066.701	(116.281.868)	(118.809.998)	129.952.792	-	1.328.410.496
CEF (b)	768.091.680	-	(59.519.436)	(71.540.085)	77.507.626	-	714.539.784
(-) custos a amortizar	(31.110.796)	-	-	-	-	3.614.778	(27.496.018)
	2.168.463.753	2.066.701	(175.801.304)	(190.350.083)	207.460.418	3.614.778	2.015.454.262
						31/12/2023	31/12/2024
				Circulante		364.387.435	369.735.804
				Não circulante		1.804.076.316	1.645.718.457
				Total		2.168.463.753	2.015.454.262
Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2023
BNDES (a)	1.522.854.125	-	(105.831.987)	(127.337.586)	141.798.317	-	1.431.482.869
CEF (b)	814.044.276	-	(53.650.978)	(76.416.036)	84.114.418	-	768.091.680
(-) custos a amortizar	(34.715.698)	-	-	-	-	3.604.901	(31.110.796)
	2.302.182.704	-	(159.482.965)	(203.753.622)	225.912.735	3.604.901	2.168.463.753
						31/12/2022	31/12/2023
				Circulante		362.121.119	364.387.435
				Não circulante		1.940.061.585	1.804.076.316
				Total		2.302.182.704	2.168.463.752

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores	Data da contratação	Valor Contratado	Valor Liberado	Vencimento da dívida	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização		
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Liquidado
BNDES - Sub "A"(a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.429.986.000	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	15.099.500	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	8.583.991	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "A" (b)	17/03/2017	748.225.000	748.225.000	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "B" (b)	17/03/2017	16.543.000	7.900.500	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "C" (b)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-

(a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas).

(b) O contrato de empréstimo com a CAIXA exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas)

Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se:

- Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%.
- Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro e 2023, a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

15 Debêntures

Debêntures	31/12/2023	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2024
2ª Emissão	709.215.768	(60.963.280)	(50.295.187)	83.974.063	-	681.931.363
(-) custos a amortizar	(19.518.207)	-	-	-	2.458.246	(17.059.961)
	689.697.560	(60.963.280)	(50.295.187)	83.974.063	2.458.246	664.871.403

	31/12/2023	31/12/2024
Circulante	107.903.749.	129.324.212
Não circulante	581.793.812	535.547.191
Total	689.697.560	664.871.403

Debêntures	31/12/2022	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2023
2ª Emissão	724.363.170	(48.359.146)	(51.535.612)	84.747.355	-	709.215.768
(-) custos a amortizar	(21.969.737)	-	-	-	2.451.530	(19.518.207)
	702.393.434	(48.359.146)	(51.535.612)	84.747.355	2.451.530	689.697.560

	31/12/2022	31/12/2023
Circulante	96.337.401	107.903.749.
Não circulante	606.056.032	581.793.812
Total	702.393.434	689.697.560

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031.

Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF, conforme descrito na nota explicativa 13.

Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

State Grid	51,0%
Eletronorte	24,5%
Eletrobras	24,5%

16 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos a administração identificou causas cujo risco de perda provável para constituição de provisão no montante de R\$ 14.676.604 (R\$ 10.893.864 em 31 de dezembro de 2023) referente a servidões administrativas e de R\$ 1.017.428 (R\$ 698.463 em 31 de dezembro de 2022) referente aos processos trabalhistas da Incomisa, construtora contratada pela Sociedade, dos quais a Sociedade é responsável subsidiária.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente apresentam os seguintes valores de risco:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Administrativo (a)	-	253.366.185
Ambiental	6.505.082	6.653.804
Minerária	13.692	14.704
Cível (b)	7.900.959	21.624.837
Trabalhista	-	161.123
Regulatório	137.562.498	8.386.812
Tributário	6.014.287	13.867.001

- (a) O processo administrativo que trata do cancelamento das TLDs da Sociedade na ANEEL foi encerrado na ANEEL, em favor da BMTE, portanto sem a necessidade de saída de caixa.
- (b) Os processos cíveis com risco possíveis tratam, na sua maioria, de demandas fundiárias por divergência de valores de indenização e encerramento dos processos no exercício de 2024.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

17 Partes relacionadas

2023

Ativo	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.633.996	1.803.623	-	3.437.619
Total	1.633.996	1.803.623	-	3.437.619
Passivo	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar	24.193.312	24.193.312	50.361.588	98.748.211
Total	24.193.312	24.193.312	50.361.588	98.748.211
(+) Receitas	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Receita de prestação de serviço	19.212.284	21.798.776	-	41.011.060
Total	19.212.284	21.798.776	-	41.011.060
(-) Despesas	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Despesa de aluguel	-	-	1.188.742	1.188.742
Total	-	-	1.188.742	1.188.742

2024

Ativo	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.571.138	2.137.641	-	3.708.779
Total	1.571.138	2.137.641	-	3.708.779
Passivo	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar	29.111.432	29.111.432	60.599.306	118.822.170
Total	29.111.432	29.111.432	60.999.306	118.822.170
(+) Receitas	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Receita de prestação de serviço	-	-	-	43.247.878
Receita de prestação de serviço	19.180.374	24.067.504	-	43.247.878
Total	19.180.374	24.067.504	-	43.247.878
(-) Despesas	ELETROBRAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Despesa de aluguel	-	-	652.414	652.414
Total	-	-	652.414	652.414

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

A remuneração dos administradores está abaixo relacionada:

	31/12/2024	31/12/2023
Diretoria	1.255.005	1.219.872
Conselho de administração	486.765	476.054
Conselho fiscal	<u>226.318</u>	<u>209.600</u>
Total	<u>1.968.088</u>	<u>1.905.526</u>

18 Impostos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Ativo não circulante		
IRPJ e CSLL Base negativa	<u>86.766.526</u>	<u>86.766.526</u>
Total	<u>86.766.526</u>	<u>86.766.526</u>

Refere-se ao ativo fiscal diferido do prejuízo fiscal no período de construção conforme reapresentação demonstrada na Nota 7.

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não circulante		
PIS e COFINS	782.149.910	743.491.906
IRPJ e CSLL	<u>1.245.507.174</u>	<u>1.029.984.924</u>
Total	<u>2.027.657.084</u>	<u>1.773.476.830</u>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre diferença temporária do ativo de contrato relacionado à aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:	31/12/2024	31/12/2023
State Grid Brazil Holding S.A.	1.535.610.000	1.535.610.000
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras (a)	737.695.000	737.695.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	<u>737.695.000</u>	<u>737.695.000</u>
Total	<u>3.011.000.000</u>	<u>3.011.000.000</u>

- (a) Foi aprovada em Assembleia Geral em 11 de janeiro de 2024 pelos acionistas da ELETROBRAS a incorporação de Furnas, então acionista da Sociedade. Após cumpridas as exigências, o Conselho de Administração da ELETROBRAS, em 28 de junho de 2024 confirmou a incorporação e fixou a data de 1º de julho de 2024 para a efetiva sucessão, cuja ata foi protocolada na Jucerja em 19 de julho de 2024.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Em adição a aprovação em Assembleia Geral Ordinária, os dividendos adicionais propostos são condicionados à prévia e expressa anuência dos credores de longo prazo, durante a vigência do financiamento de longo prazo, conforme estatuto social da Sociedade, neste sentido foi constituído somente dividendos mínimo obrigatórios no montante de R\$ 118.822.170

Lucro do Exercício	500.303.872
Reserva Legal	25.015.194
Saldo	<u>475.288.678</u>
Dividendos a pagar (25% Limite contratual)	<u>118.822.170</u>

20 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita financeira contratual	1.210.277.008	1.042.911.809
Receita de construção *	57.346	36.144.043
Receita de operação e manutenção	83.135.285	78.928.401
Tributos sobre receita	(123.129.710)	(107.733.755)
Encargos setoriais	(12.428.029)	(12.164.540)
Receita de CCI	1.514.912	968.048
	<u>1.159.426.812</u>	<u>1.039.054.007</u>

* Receita de construção em 2023 refere-se à implantação novo transformador nota explicativa 1.1.

21 Custo de operação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo de construção	(19.994.771)	(49.462.561)
Pessoal	(42.577.539)	(39.363.905)
Serviços de terceiros	(29.838.560)	(28.472.784)
Materiais	(7.577.239)	(7.161.510)
Arrendamentos e aluguéis	(3.433.768)	(5.927.645)
Seguros	(2.509.042)	(2.561.960)
Tributos	(1.535.301)	(998.500)
Outros	(143.656)	77.489
Total	<u>(107.609.875)</u>	<u>(133.871.376)</u>

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesa de pessoal	(9.208.593)	(8.831.738)
Serviços de terceiros	(4.149.804)	(3.601.677)
Materiais	(71.838)	(39.616)
Arrendamentos e aluguéis	(827.376)	(800.101)
Seguros	(60.116)	(159.401)
Tributos	(112.179)	(405.962)
Depreciação	(1.257.382)	(1.395.228)
Provisões (a)	(31.458.231)	(7.420.920)
Outros	(101.017)	1.384.112
Total	(47.246.536)	(21.270.531)

(a) A variação decorre substancialmente da constituição de provisão de perda esperada de crédito no montante de R\$ 36.909.528 conforme indicado na Nota 11.

23 Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita financeira		
Receita sobre aplicação financeira	46.374.599	49.608.479
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(2.244.045)	(2.359.870)
Outras receitas financeiras	1.884.437	775.907
Total	46.014.992	48.024.516
Despesa financeira		
Juros – debêntures	(83.974.063)	(84.747.355)
Juros – empréstimos	(207.460.418)	(225.912.735)
Custo dívida	(6.073.024)	(6.056.431)
Outras despesas financeiras	(1.076.015)	(767.934)
Total	(298.583.520)	(317.484.455)
Resultado financeiro líquido	(252.568.528)	(269.459.938)

24 Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	752.001.873	614.452.162
Base Negativa/Prejuízo fiscal não reconhecidos	<u>(47.637.570)</u>	<u>(49.113.467)</u>
Despesa calculada a alíquota de 34%	(239.483.863)	(192.215.156)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Indisponibilidade	(69.140)	(3.105.969)
Provisão	(11.757.866)	(3.264.772)
Despesa não dedutível	(95.784)	(52.320)
Adicional	24.000	24.000
Outros	(52.360)	(56.003)
Benefício SUDAM	<u>8.624.989</u>	<u>10.387.866</u>
Adições permanentes		
Despesa de IR/CS	(242.810.024)	(188.282.355)
	(38.060.256)	(38.939.351)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (corrente)		
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (diferido)	(213.637.746)	(159.730.870)
Reserva SUDAM	<u>8.624.989</u>	<u>10.387.866</u>
Alíquota efetiva (corrente)	33%	32%

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

25.1 Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

• **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

• **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

b. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

c. Riscos de mercado

A utilização de instrumento financeiro derivativos da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não manteve no encerramento em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 contratos de derivativos. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

d. *Riscos ambientais*

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

e. *Riscos de liquidez*

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso exista.

f. *Riscos de crédito*

O risco de crédito é caracterizado pela possibilidade da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeira falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeira.

A sociedade adota a política de monitoramento constante de seus clientes e constitui provisão para perda de crédito esperada para os recebíveis não liquidados num período superior a 90 dias e o montante realizado no período de 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 30.606.528 (R\$ 9.553.002 em 31 de dezembro de 2023).

25.2 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriada para cada situação.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Depósitos vinculados	Custo amortizado
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	
Empréstimos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado

26 Compromissos

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo saldo a pagar refere-se ao montante total de € 629.730. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
Siemens AG	Subestações conversora - HVDC	11/02/2015
Cronograma de vencimentos:		Em €
2025		<u>58.266</u>

Cobertura de seguros (não auditado)

Para proteção do seu patrimônio, a Sociedade administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

O resumo das apólices vigentes encontra-se abaixo relacionadas:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor em Risco
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	Riscos Operacionais	08/12/2026	1.504.974.339
Chubb Seguros Brasil S.A	Responsabilidade Civil Geral	11/12/2025	10.000.000
Tokio Marine Seguradora	Compreensivo Empresarial	08/12/2025	2.800.000
Bradesco Seguros	RD - Equipamentos	01/09/2025	10.856.039
Mapfre Seguros	Drones - Equipamentos	25/03/2025	9.083.201
Essor Seguros	RD- Equipamentos	08/12/2025	1.038.724
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	04/12/2025	3.626.133
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	12/07/2029	34.775
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	04/12/2028	12.215.453
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	01/03/2026	251.799

* * *

Wang Yusheng
Diretor Presidente / Financeiro

Simone Cortez Gomes Novello
Contadora
CRC-RJ 095172/O-2

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F46EC7EA-0582-48FB-AF9B-936DE41243BD
 Assunto: Complete com o Docusign: DF e relatório do auditor - BMTE 2024
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 44
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Maria Moreira
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 maria.moreira@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.159.65

Rastreamento de registros

Status: Original
 24 de fevereiro de 2025 | 19:39

Portador: Maria Moreira
 maria.moreira@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original
 24 de fevereiro de 2025 | 19:59

Portador: CEDOC Brasil
 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Bruno Guedes Monteiro
 Cargo do Signatário: Partner
 bruno.monteiro@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SyngularID Multipla
 Cargo do Signatário: Partner

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através do DocuSign

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
 Usando endereço IP: 134.238.160.144

Registro de hora e data

Enviado: 24 de fevereiro de 2025 | 19:48
 Visualizado: 24 de fevereiro de 2025 | 19:57
 Assinado: 24 de fevereiro de 2025 | 19:59

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Maria Moreira
 maria.moreira@pwc.com
 Manager
 PwC BR

Copiado

Enviado: 24 de fevereiro de 2025 | 19:59
 Visualizado: 24 de fevereiro de 2025 | 19:59
 Assinado: 24 de fevereiro de 2025 | 19:59

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de fevereiro de 2025 19:48
Entrega certificada	Segurança verificada	24 de fevereiro de 2025 19:57
Assinatura concluída	Segurança verificada	24 de fevereiro de 2025 19:59
Concluído	Segurança verificada	24 de fevereiro de 2025 19:59

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------